

Políticas Culturais na Ibero-América

Hanayana Brandão Guimarães Fontes Lima¹

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BAYARDO, Rubens (Orgs.). **Políticas Culturais na Ibero-América**. Salvador: EDUFBA, 2008. 352 p.

O livro *Políticas Culturais na Ibero-América*, uma coletânea organizada pelos professores Albino Rubim e Rubens Bayardo, traça através da realidade de dez países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, México, Portugal, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai) um panorama das políticas culturais no espaço ibero-americano. Apesar dos artigos terem sido construídos a partir dos critérios e da experiência pessoal de cada um dos autores, todos eles têm em comum o resgate histórico das políticas culturais por meio dos principais momentos de cada um dos países, bem como a organização da área, as políticas de financiamento nacional e as principais dificuldades e desafios a serem enfrentados.

Iniciado a partir da realidade argentina, o primeiro capítulo do livro, escrito por Bayardo, dedica sua reflexão ao âmbito federal e, no texto “Política Culturales en la Argentina”, apresenta dados gerais que contextualizam o país, bem como o desenvolvimento das políticas culturais no mesmo, a partir da Revolução de Maio de 1810 que vai criar no país novas instituições, além de nacionalizar outras no campo da cultura.

Ele se detém nas principais instituições da área, nos documentos disponíveis e na legislação existente. O autor também se debruça sobre os projetos em andamento e a política de financiamento praticada. Por fim, ele aponta quais os desafios que as políticas culturais argentinas têm pela frente.

No segundo texto da obra, Albino Rubim investiga as políticas culturais desenvolvidas pelo ministro Gilberto Gil durante o governo do presidente Lula. A análise do autor não se restringe a história mais recente do país, ela é realizada através da reconstrução histórica das políticas culturais brasileiras, iniciadas, segundo Rubim, a partir da década de 30, ao contrário do que pensam autores como José Álvaro Moisés e

¹ Mestranda do Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, bacharel em Comunicação Social – Rádio e TV pela Universidade Estadual de Santa Cruz. E-mail: hanayana@hotmail.com.

Márcio de Souza. O panorama traçado pelo autor torna-se interessante à medida que não se fixa apenas na ordem cronológica dos acontecimentos, mas é contado através de três pontos de análise, aquilo que ele considera como as três tristes tradições das políticas culturais brasileiras: a ausência, o autoritarismo e a instabilidade. Rubim ainda revela em seu texto as superações que o governo Lula/Gil alcançou, aponta suas limitações e também os desafios que deverão ser enfrentados pelas políticas culturais brasileiras na esfera federal.

Garretón inicia seu texto diferenciando políticas culturais de governo de políticas culturais de Estado. O sociólogo é o responsável por reconstruir a realidade das políticas culturais chilenas durante os governos democráticos do Chile. O texto apresenta aquilo que o autor considera como conceitos básicos dentro das políticas culturais. Ele acredita que os recursos (financiamento) e a institucionalidade do Estado são instrumentos para a execução das políticas culturais. Apresenta os modelos de financiamento dual e misto e no aspecto da institucionalidade trabalha com duas modalidades: a institucionalidade organizacional e orgânica ligada às estruturas e organizações do Estado utilizadas para execução das políticas culturais e a institucionalidade normativa que está ligada ao conjunto de normas e leis no campo cultural. O autor acredita que gobiernos de la Concertación aumentaram os recursos destinados à cultura, eliminaram a censura, fortaleceram organizações culturais, estimularam a criatividade artística e o pluralismo cultural, depois da ditadura ter promovido no país um fenômeno conhecido como apagão cultural.

Maria Elena Bravo é a responsável por delinear a realidade das políticas culturais na Colômbia. Ela inicia a reconstrução do histórico das políticas culturais no país a partir de alguns antecedentes que considera importantes nos séculos XVIII e XIX, avança até o século XIX, e faz recortes interessantes relacionando as políticas culturais com a ditadura militar, com os governos nacionais, com a constituição de 1991, além de destacar também o momento atual. A autora procura explicar como é organizado institucionalmente o campo cultural, apresenta um organograma do Ministério da Cultura e destaca também outras organizações importantes como a Radiodifusora Nacional da Colômbia e a Subgerência cultural do Banco da República que têm um papel fundamental no desenvolvimento cultural do país. No campo jurídico, ela destaca alguns documentos a exemplo do Plano de Desenvolvimento Cultural de 1976, os Planos Nacionais de Cultura de 1992-1994/2001-2010, além das principais legislações culturais da Colômbia. As principais políticas de financiamento do país e os projetos

culturais de maior relevância também são considerados. Outro momento do texto que merece ser destacado é quando a autora apresenta as políticas de cooperação internacional. Bravo não se esquece de delimitar as dificuldades e os desafios que as políticas culturais colombianas têm pela frente.

Bouzada Fernandez inicia seu texto refletindo sobre o conceito das políticas culturais e a problemática que envolve o tema. Ele procura demonstrar de que forma o campo está organizado, destaca especificidades espanholas e iniciativas bem sucedidas como o projeto cidade da cultura em Santiago de Compostela. Detecta também que dentro de um contexto histórico as políticas culturais na Espanha não conseguiram estabelecer uma relação suficientemente estável entre a cultura e as diversas administrações e, da mesma forma, ele aponta que não foram criadas estruturas de financiamento, nem mecanismos jurídicos que permitissem uma institucionalização sólida das instituições do setor cultural. O autor também se dedica a refletir sobre as políticas culturais contemporâneas e aponta que o reconhecimento da diversidade cultural, o fortalecimento da cooperação internacional, a consideração da cultura como instrumento de desenvolvimento econômico e cooperação social são três aspectos positivos e que merecem ser destacados nas políticas culturais atuais.

Lucina Jiménez reconstrói as políticas culturais no México, um país que tem uma larga tradição cultural que mescla passado e presente, amplamente marcados pela diversidade e pela busca do equilíbrio e da democracia. A autora destaca as primeiras instituições culturais mexicanas, surgidas no final do século XIX e início do século XX; a década de 80 como um período de retrocesso no campo das políticas culturais em consequência dos projetos implementados pelos neoliberais; os movimentos culturais de 85 decorrentes do terremoto mais severo já ocorrido na cidade do México e a criação do Conselho Nacional de Cultura e Artes (CONACULTURA) como uma fissura jurídica que foi aberta no campo cultural afetando todo o seu funcionamento. Além dos momentos importantes dentro das políticas culturais mexicanas, a autora procura elencar as principais instituições culturais nacionais, os documentos e as legislações existentes. Jiménez também revela que as políticas de financiamento no México são problemáticas, porque não existe uma legislação em torno do financiamento cultural, nem tampouco uma lei de mecenato cultural e de fundações. O principal instrumento de financiamento do país é o Fundo.